



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 004.2021
PROJETO BÁSICO**

**UNIDADES GESTORAS: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESPORTO E SAÚDE.**

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESPORTO E SAÚDE.

1.1 – **OBJETIVO:** Orientar a gestão da Secretaria Municipal Contratante sobre as medidas administrativas e jurídicas a serem adotadas para adequação de conformidade legal das políticas das gestões orçamentária, financeira e contábil, de pessoal, de aplicação dos limites legais de recursos nas políticas públicas municipais de assistência social, educação e saúde e, na implantação de instrumentos de ouvidoria e transparência pública, dando segurança jurídica quanto à compatibilidade de sua aplicação às exigências legais, evitando riscos de inadimplências, sanções e outros danos decorrentes de seus eventuais descumprimentos.

2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Implantar plano de indicação e acompanhamento permanente de medidas administrativas e legais a serem adotadas pela gestão da Secretaria Municipal Contratante para o atendimento das exigências decorrentes das normas da legislação pertinente à responsabilidade fiscal, à regularidade previdenciária, à regularidade nas prestações de contas de convênios, contratos de repasses e outros ajustes com o Estado e a União, à regularidade na admissão e contratação de pessoal com observância dos limites de gastos e com as restrições decorrentes da Lei Complementar Federal 173, de 27 de maio de 2020, à avaliação de regularidade na aplicação dos limites legais na política municipal de assistência social, dentre outros, que constituem condição legal e obrigatória para a transferência de recursos de natureza voluntária dos orçamentos federal e estadual e exigência constitucional e legal à ser observada para a regularidade das prestações de Contas de Gestão junto aos órgãos de controle interno e externo, sendo obrigação do gestor a observância quanto à conformidade de seus atos aos padrões legalmente exigidos.

3. METAS E JUSTIFICATIVAS



3.1 Assegurar nível adequado de conformidade jurídica e administrativa dos atos da gestão da Secretaria Municipal Contratante às exigências legais pertinentes, através da elaboração de:

- a) Rotinas administrativas do processo de despesa com identificação de atribuições dos órgãos internos e responsabilidades dos gestores municipais integrantes do Sistema Municipal de Assistência Social;
- b) Instrumentos e meios de cumprimento das exigências de conformidade jurídica para envio das informações legalmente exigidas ao TCE - Tribunal de Contas do Estado;
- c) Medidas administrativas, legais e judiciais que resultem em adequação e cumprimento das normas da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- d) Modelos que assegurem a ampliação da transparência das informações públicas das receitas e despesas da Secretaria Municipal Contratante, garantindo pleno acesso aos órgãos de controle externo (Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado) e ao exercício do Controle Social pelo cidadão, nos termos da Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência Pública).

3.2. Orientações jurídicas para o gerenciamento e acompanhamento da gestão do planejamento administrativo, financeiro e fiscal, por meio de:

- a) Regulação, por norma municipal, instituidora de regras para a adequada da gestão legal e financeira dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde e dos recursos de custeio e investimento das políticas públicas de assistência suportadas por recursos do tesouro municipal e/ou cofinanciadas com recursos da União, do Estado ou de parceiros institucionais públicos ou privados;
- b) Orientação para implantação de instrumentos de apoio ao planejamento financeiro com adequação jurídica e normativa para o desenvolvimento de políticas de custeio e investimentos financiadas por recursos exclusivos do Fundo Municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde e recursos suplementares do tesouro municipal;
- c) Identificação e acesso a programas e projetos disponíveis à captação de recursos orçamentários de custeio e investimento para a execução de políticas públicas de educação financiadas pelos orçamentos do Ministério da Cidadania/ Fundo Nacional de Assistência Social e/ou da Secretaria de Proteção Social do Estado/Fundo Estadual de Assistência Social com contrapartida do Município, através da formalização de pleitos por meio de instrumentos legais de adesão e elegibilidade;
- d) Identificação e acesso a programas e projetos disponíveis à captação de recursos orçamentários de custeio e investimentos para a execução de políticas públicas de assistência social financiadas exclusivamente pelos orçamentos da União e/ou do Estado, através da formalização de pleitos por meio de instrumentos legais de adesão e elegibilidade;



- e) Subsidiar a gestão de informações técnico-jurídicas e administrativas para a adequada escolha de soluções que estejam em conformidade com as exigências legais;
- f) Orientar na implementação, gerenciamento e acompanhamento da gestão do planejamento administrativo, financeiro, fiscal e contábil na aplicação dos recursos próprios do tesouro municipal, dos recursos de transferências obrigatória ou voluntária dos orçamentos da União e/ou do Estado ou de parceiros institucionais públicos ou privados, para o custeio e investimento de políticas municipais de assistência social, em conformidade as exigências legais;
- g) Orientar na elaboração de diagnósticos sobre o quadro de pessoal efetivo, estável, comissionado e contratado, e na remodelagem da estrutura organizacional da Secretaria Municipal Contratante, por meio da análise das leis, portarias, decretos e demais atos de regulação;
- h) Orientar sobre a política de contratação de pessoal temporário e de serviços terceirizados, observando-se às formalidade de regularidade jurídica, administrativa e a compatibilidade fiscal;
- i) Sugerir instrumentos de apoio ao planejamento e regulamentação normativa para o desenvolvimento de políticas de custeio e investimentos com recursos exclusivos do tesouro municipal;
- j) Sugerir modelo de instituição de fundo de reserva de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde, específico para suportar contrapartidas de convênios, termos de cooperação e outros ajustes públicos ou de obrigações decorrentes de contratos com a iniciativa privada;
- k) Orientar e acompanhar a implantação de modelos de implementação da execução compartilhada da política de assistência social com entidades não governamentais e sem fins lucrativos;
- l) Orientar e acompanhar a implantação de modelos de organização da política de gestão colaborativa, a ser desenvolvida com o apoio de pessoas e/ou instituições e entidades não governamentais, sem custo financeiro para o Município;
- m) Elaborar Pareceres Jurídicos em atendimento à consultas realizadas pelos gestores da Secretaria Municipal Contratante como orientação às tomadas de decisões administrativas que estejam compatíveis com as normas legais aplicáveis à espécie;
- n) Elaborar manual de protocolos e rotinas administrativas de atribuições e responsabilidades dos órgãos, gestores e servidores responsáveis pela aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, de Educação e de Saúde.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
------	---------------	-------	-------





1	CONSULTORIA E ACESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme solicitação da Secretária;	Mês	12
2	CONSULTORIA E ACESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, conforme solicitação da Secretária;	Mês	12
3	CONSULTORIA E ACESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme solicitação da Secretária;	Mês	12

4. LOCAL E PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Os serviços contratados poderão ser prestados no escritório da CONTRATADA ou por contatos via internet (e-mail, whatsapp, vídeo conferência) e quando necessário presencial no Município de Paraipaba/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços às expensas da contratada;

4.2. Os serviços licitados deverão ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da expedição de ORDEM DE SERVIÇOS pela Administração no local determinado pela Unidade Gestora.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. O prazo de execução e vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no caso de acordo entre as partes e, em conformidade com o art. 57 da Lei Nº. 8.666 e alterações posteriores.

6. REAJUSTE E PAGAMENTO:

6.1. O valor contratado será pago mensalmente na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela contratante, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital

6.2. A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada às secretarias contratantes, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

6.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da fatura, nota fiscal de serviços, medições e recibo, em até 30 (trinta) dias após a sua certificação pelas secretarias contratantes.

6.4. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

6.5. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- Inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.



6.6. A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

6.7. Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

6.8. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

6.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (Tx / 100) / 365$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

7. DAS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

<i>Unidade orçamentária</i>	<i>Dotações Orçamentárias</i>	<i>Elemento de Despesas</i>
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.01.08.122.0100.2.054	3.3.90.35.00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	09.01.27.122.0100.2.029	3.3.90.35.00
SECRETARIA DE SAÚDE	10.01.10.122.0100.2.046	3.3.90.35.00

7- 1 – FONTE DE RECURSO: Próprio do Erário Municipal;

8. GESTOR DO CONTRATO:

8.1. A Gestão do Contrato será exercida por servidor especialmente designado pelos Ordenadores de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

9. VALOR DO INVESTIMENTO:

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura de Paraipaba



9.1. O Valor Global Estimado é de R\$ 194.999,98 (Cento e noventa e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

OBS.: O valor constante do presente orçamento foi calculado tendo-se como base o preço médio após pesquisa de preços praticado no mercado.

ELABORADO E APROVADO POR:

Paraipaba/CE, 22 de março de 2021.

Audaiza Furtado Barbosa de Azevedo

Audaiza Furtado Barbosa de Azevedo
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 09/2021.

Griceli Bárbara de Oliveira

Griceli Bárbara de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde
Portaria N° 06/2021.

Francisca Exnária Gomes Cavalcante

Francisca Exnária Gomes Cavalcante
Secretária Municipal de
Educação e Desporto
Portaria N° 07/2021



TOMADA DE PREÇOS Nº. 004.2021

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitação do Município de Paraipaba/CE.

O LICITANTE _____, CNPJ Nº. _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei:

- 1 – Que acata inteiramente os preceitos legais em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações e as condições da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 004.2021**;
- 2 – Que, até a presente data não existe fato que invalide o seu Certificado de Registro Cadastral – CRC, ora apresentado para fins de habilitação;
- 3 – Que assumimos o compromisso de bem e fielmente executar a serviços especificados, caso sejamos vencedores da presente licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESPORTO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.

ITEM	DESCRIÇÃO	Und	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA <u>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</u> conforme Termo de Referência;	Mês	12		
2	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA <u>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO</u> , conforme Termo de Referência;				
3	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA PARA SOLUÇÕES DE ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS DA GESTÃO DA <u>SECRETARIA DE SAÚDE</u> , conforme Termo de Referência;				

VALOR GLOBAL R\$: _____ (_____);

PROPONENTE/RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº.:

ENDEREÇO:

PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: **12 (DOZE) MESES**

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS: **60 (SESSENTA) DIAS**

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>



TOMADA DE PREÇOS Nº. 004.2021

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

O **MUNICÍPIO DE PARAIPABA – CE**, inscrito no **CNPJ Nº. _____**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Joaquim Braga, 296, Centro, Paraipaba – CE, neste ato através da Secretaria Municipal de _____, representado pelo(a) Sr(a). _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, _____, inscrita no **CNPJ Nº. ____**, com sede à _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, CPF Nº. _____, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO

1.1 – Este contrato é originário da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 004.2021**, fundamentada na Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 – O presente contrato tem por objetivo a

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO (R\$)	
				VR. MENSAL	VR. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$					

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor mensal dos serviços importa a quantia de R\$ _____ (_____), totalizando a importância de R\$ _____ (_____) a ser pago mensalmente na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela contratante, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2 - A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada à secretaria contratante, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

3.3 - Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da fatura, nota fiscal de serviços, medições e recibo, em até 30 (trinta) dias após a sua certificação pela secretaria contratante.

3.4 - Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a **CONTRATADA** será cientificada, a fim de que tome providências.



3.5 - Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) Inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.

3.6 - A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

3.7 - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

3.8 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

3.9 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - O prazo de execução e vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no caso de acordo entre as partes e, em conformidade com o art. 57 da Lei N.º. 8.666 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

5.1 - As partes se obrigam, reciprocamente, a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório e da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.



5.2 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem assim, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- b) Executar as atividades em conformidade com o descrito no projeto básico com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- c) Arcar com as despesas de deslocamento e diárias sua e de seu pessoal contratado na execução dos serviços presenciais contratados a serem prestados no Município de Paraipaba/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços;
- d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;
- e) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;
- g) Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;
- h) Submeter-se às normas e condições baixadas pela contratante, quanto ao comportamento, discricção e urbanidade na relação interpessoal;

5.3 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.4 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao Município de Paraipaba/CE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.5 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.6 - A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim.

5.7 - A CONTRATADA executará os serviços, na sede da CONTRATANTE ou em local a ser previamente designado por esta, dentro dos padrões e normas, tudo de acordo com o projeto básico.

5.7.1 - Os serviços contratados poderão ser prestados no escritório da CONTRATADA ou por contatos via internet (e-mail, whatsapp, vídeo conferência) e quando necessário presencial no Município de Paraipaba/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços às expensas da contratada;

5.8 - A CONTRATADA, deverá manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.



5.9 - A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma prevista no edital e contrato;
- b) Exercer a fiscalização sobre a execução dos serviços;
- c) Fornecer o apoio técnico e institucional formal para facilitar o acesso da contratada a todas as informações necessárias à consecução dos objetivos de que trata este contrato;
- d) Disponibilizar local adequado para a execução dos serviços, quando necessário;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que forem efetuados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos recursos oriundos da Secretaria de _____ do Município de Paraipaba/CE, na seguinte dotação orçamentária: _____; ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.35.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS

7.1 – A CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes multas:

7.1.1 – 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços;

7.1.2 – até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;

7.1.3 – 0,0001% (um décimo milésimo por cento) sobre o valor global do contrato por descumprimento às recomendações estabelecidas neste edital ou no contrato, conforme o caso;

7.1.4 – 10% (dez por cento) do valor global do contrato, se a CONTRATADA transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita das secretarias contratantes;

7.2 – Da aplicação de multa será a CONTRATADA notificada pela CONTRATANTE, tendo, a partir da notificação, o prazo de 10 (dez) dias para recolher a importância correspondente na Tesouraria do Município de Paraipaba/CE. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento dos serviços o valor da multa que não for recolhida pela CONTRATADA.

7.3 – A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

7.4 – Todas as multas poderão ser cobradas cumulativamente ou independentemente

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - A licitante que, convocada pelas secretarias contratantes, para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto neste edital (05 dias úteis), sem motivo justificado aceito pela CONTRATANTE, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelas secretarias contratantes, pelo prazo de 02 (dois) anos.

8.2 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora prevista no presente contrato, podendo a CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato. À CONTRATADA será aplicada, ainda, a pena de SUSPENSÃO de



participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Paraipaba/CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Paraipaba/CE.

8.3 - Em caso de a licitante ou CONTRATADA ser reincidente, será declarada como inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

8.4 - As sanções previstas neste contrato serão aplicadas pelas secretarias contratantes, à licitante vencedora desta licitação ou à CONTRATADA, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes casos:

8.4.1 - de 05 (cinco) dias úteis, nos casos de advertência e de suspensão;

8.4.2 - de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.5 - As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa prevista neste edital.

8.6 - Somente após a CONTRATADA ressarcir ao Município de Paraipaba/CE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de suspensão aplicada é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

8.7 - A declaração de idoneidade é da competência exclusiva dos secretários municipais.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada das secretarias contratantes.

9.2- A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

9.3- Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

9.4 - O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1- O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2 - O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

10.3 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

10.4 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

10.5- A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.



10.6- O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

10.7- A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

10.8- Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

10.9- A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - A publicação resumida do instrumento deste contrato deverá ser feita por afixação no quadro de avisos (flanelógrafo) da Prefeitura Municipal de Paraipaba/CE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GESTOR DO CONTRATO

12.1- A Gestão deste Contrato será exercida por servidor(a) designado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - O foro da Comarca de Paraipaba/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 03(três) vias, lavrado perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

PARAIPABA, CE _____ DE _____ DE 2021.

**MUNICÍPIO DE PARAIPABA – CE
SECRETARIA MUNICIPAL DE**

CNPJ Nº. _____
CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____